



13 DE ABRIL DE 2018

Sexta-feira

- **NOVOS PROJETOS DE LEI - NÚCLEO DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS - Nº 10. ANO XIV. 12 DE ABRIL DE 2018**
- **FIEP DISPONIBILIZA SÉRIE DE CARTILHAS SOBRE CRÉDITO PARA O INDUSTRIAL PARANAENSE**
- **SINDICATOS SOFREM DERROTAS SUCESSIVAS NA JUSTICA DO TRABALHO**
- **INADIMPLÊNCIA DE EMPREGADORES COM FGTS CRESCE 25% NO PRIMEIRO TRIMESTRE**
- **TRABALHADOR QUE SE DEDITIR PODERÁ SACAR INTEGRALMENTE O FGTS, APROVA CAS**
- **GOVERNO APRESENTA PROJETO DA LDO COM SALÁRIO MÍNIMO A R\$ 1.002 EM 2019**
- **EQUIPE ECONÔMICA PROJETA SALÁRIO MÍNIMO DE R\$ 1.002 EM 2019**
- **CRE APROVA ACORDO ENTRE BRASIL E COLÔMBIA PARA FACILITAR INVESTIMENTOS**
- **DEBATEDORES DEFENDEM FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS DO SISTEMA S**
- **PROJETO DO FGTS É RISCO PARA HABITAÇÃO E INFRAESTRUTURA, DIZ SINDUSCON-SP**
- **INCERTEZAS DIFICULTAM REAÇÃO E CRESCIMENTO DO PIB SERÁ DE 2,6% EM 2018, DIZ CNI**
- **CHEQUE INFERIOR A R\$ 300 SERÁ COMPENSADO EM APENAS UM DIA A PARTIR DE 16 DE ABRIL**
- **EUA INDICAM QUE VÃO EXIGIR COTAS DO AÇO DO BRASIL**
- **PROBLEMA É EXCESSO DE PRODUÇÃO, AFIRMA SECRETÁRIO DE COMÉRCIO DOS EUA**
- **OMC ADVERTE QUE PROTECIONISMO AMEAÇA O CRESCIMENTO DO COMÉRCIO**
- **IMPORTADORA DA JAC ATRASA 13º SALÁRIO E FGTS**

- GASOLINA ATINGE MAIOR VALOR EM REFINARIAS DESDE QUE REAJUSTES PASSARAM A SER DIÁRIOS
- VOLKSWAGEN TROCA PRESIDENTE E ANUNCIA CRIAÇÃO DE TRÊS DIVISÕES NO GRUPO
- NÚMERO DE VEÍCULOS NOVOS FINANCIADOS CRESCE 9,6% EM MARÇO, DIZ B3
- PRODUÇÃO DE MOTOCICLETAS CRESCE 12,2% NO PRIMEIRO TRIMESTRE, DIZ ABRACICLO
- VW TRUCK & BUS VAI SE SEPARAR DO GRUPO VOLKSWAGEN
- GRUPO VW REESTRUTURA CONSELHO E HERBERT DIESS É O NOVO PRESIDENTE
- TOYOTA COMEMORA MAIOR EFICIÊNCIA DOS FORNECEDORES
- MERITOR CONTRATARÁ 90 PESSOAS ESTE ANO PARA A FÁBRICA DE OSASCO
- FORD DESENVOLVE SISTEMA PARA FACILITAR ESTACIONAMENTO

CÂMBIO		
EM 13/04/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,412	3,412
Euro	4,203	4,205

Fonte: BACEN

Novos Projetos de Lei - Núcleo de Assuntos Legislativos - nº 10. Ano XIV. 12 de abril de 2018

13/04/2018 – Fonte: FIEP

ÍNDICE

NOVOS PROJETOS DE LEI FEDERAL

INTERESSE GERAL DA INDÚSTRIA

REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA

DIREITO DE PROPRIEDADE E CONTRATOS

Alterações de registro de empresas do REDESIM por sistema online
PLS 145/2018 do senador José Agripino (DEM/RN)

Assunção do controle ou da administração temporária da concessionária por seus financiadores e garantidores
PL 9834/2018 do deputado Francisco Floriano (DEM/RJ)

Prazo de decadência para o pedido de anulação ou descontinuação de alterações de contrato social

PL 9871/2018 do deputado Augusto Carvalho (SD/DF)

Possibilidade de novos lances verbais e sucessivos até a proclamação do vencedor no pregão

PL 9877/2018 do deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG)

Impedimento de contratar com a Administração Pública às empresas que possuam relação com servidor público, agente público ou detentor de cargo eletivo

PL 9916/2018 do deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB)

DEFESA DA CONCORRÊNCIA

Definição do crime de concorrência desleal a utilização de conjunto-imagem de concorrente

PLS 138/2018 do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE)

QUESTÕES INSTITUCIONAIS

Alterações na Lei Anticorrupção

PLS 140/2018 do senador José Pimentel (PT/CE)

Caracterização do exercício do direito de petição ou de ação com finalidade ou de forma anticompetitiva como infração à ordem econômica

PLS 144/2018 do senador Roberto Muniz (PP/BA)

Medidas para promover a racionalização de atos e processos administrativos de órgãos e entidades da União

PLS 148/2018 da senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE)

Fim do voto de qualidade no CARF e novas regras para suspensão da prescrição punitiva

PL 9935/2018 do deputado Newton Cardoso Jr (MDB/MG)

Extinção da autorização de residência prévia para emissão de vistos temporários

PDS 1/2018 do deputado Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE)

MEIO AMBIENTE

Regulamentação da emissão e coleta de resíduos sólidos nas praias brasileiras

PL 9791/2018 do deputado Mário Heringer (PDT/MG)

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA ORGANIZAÇÃO SINDICAL E CONTRIBUIÇÃO

Sanção pecuniária para o sindicato que realizar desconto da contribuição sindical sem autorização prévia

PL 9845/2018 do deputado Alfredo Nascimento (PR/AM)

DISPENSA

Proibição de dispensa coletiva

PLS 132/2018 da senadora Rose de Freitas (MDB/ES)

BENEFÍCIOS

Necessidade de realização de perícia médica para atestar a capacidade laboral e cessar o gozo do auxílio-doença

PL 9802/2018 do deputado Cleber Verde (PRB/MA)

CUSTO DE FINANCIAMENTO

Limite para financiamento por bancos de desenvolvimento para aquisição de ativos no exterior ou participação em empresa estrangeira
PLS 133/2018 da CPI do BNDES do Senado Federal

INFRAESTRUTURA

Prazo de vigência estendido para contratos de prestação de serviços de natureza continuada
PLS 121/2018 do senador Dalirio Beber (PSDB/SC)

Nova atribuição específica à ANTT relativa aos editais de licitação e dos contratos de concessão de rodovias federais
PL 9873/2018 do deputado Hugo Leal (PSB/RJ)

SISTEMA TRIBUTÁRIO

OBRIGAÇÕES, MULTAS E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIAS

Definição de mecanismos para avaliação de incentivos que resultem em renúncia de receita e determinação de prazo máximo de vigência
PLP 487/2018 do deputado Esperidião Amin (PP/SC)

INFRAESTRUTURA SOCIAL PREVIDÊNCIA SOCIAL

Criação do Banco da Previdência Social, instituição de Fundos de Previdência Social por setor de atividade e instituição de novas alíquotas de contribuição
PL 9901/2018 do deputado Severino Ninho (PSB/PE)

Isenção da Contribuição para o PIS/PASEP e da Cofins ao farelo e óleo de milho
PLS 117/2018 do senador Cidinho Santos (PR/MT)

Restrição às importações de trigo, arroz e maçã
PL 9923/2018 do deputado Covatti Filho (PP/RS)

Dispositivo antiesmagamento em veículos com vidros elétricos
PLS 150/2018 do senador José Pimentel (PT/CE)

Inclusão obrigatória de dispositivos de acionamento automático de faróis em veículos
PL 9841/2018 do deputado Heuler Cruvinel (PSD/GO)

INDÚSTRIA DA PESCA

Pesca em águas continentais durante período reprodutivo
PDS 29/2018 do senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)

INDÚSTRIA DE BEBIDAS

Proibição da propaganda de bebidas alcoólicas nos órgãos de comunicação de massa
PL 9888/2018 da deputada Eliziane Gama (PPS/MA)

Destaque de advertências nos rótulos de bebidas alcoólicas
PL 9891/2018 da deputada Eliziane Gama (PPS/MA)

Destinação de percentual da arrecadação da Cofins incidente sobre as bebidas alcoólicas para o FUNAD
PL 9892/2018 da deputada Eliziane Gama (PPS/MA)

NOVOS PROJETOS DE LEI ESTADUAL INFRAESTRUTURA

Instituição de notificações e penalidades por uso irregular da faixa de domínio das rodovias sob responsabilidade do DER
PL 153/2018 de autoria do Poder Executivo

MEIO AMBIENTE

Regulamentação do uso sustentável das espécies de passeriformes da fauna nativa de origem silvestre desenvolvidas por criadores amadores e criadores comerciais no Estado do Paraná

PL 174/2018 de autoria dos deputados Schiavinato (PP); Luiz Claudio Romanelli (PSB); Márcio Pacheco (PPL); Francisco Buhner (PSDB); Stephanes Junior (PSB); Cobra Reporter (PSD); Claudio Palozzi (PSC); Claudia Pereira (PSC); Tercílio Turini (PPS); Hussein Bakri (PSD); Pedro Lupion (DEM); Maria Victoria (PP)

Regulamentação da limpeza de fossas sépticas
PL 178/2018 de autoria do deputado Nelson Luersen (PDT)

Regulamentação da destinação de baterias automotivas no Estado do Paraná
PL 185/2018 de autoria da deputada Maria Vitória (PP)

Obrigações dos estabelecimentos comerciais utilizarem canudos fabricados com produtos biodegradáveis
PL 186/2018 de autoria do deputado Jonas Guimarães (PSB)

Fiep disponibiliza série de cartilhas sobre crédito para o industrial paranaense

13/04/2018 – Fonte: FIEP/ Núcleo de Acesso ao Crédito do Paraná



A Fiep, por meio do Núcleo de Acesso ao Crédito (NAC-PR), lança uma série de cartilhas com o tema crédito para auxiliar os empresários que buscam recursos financeiros.

O material foi desenvolvido pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e traz informações básicas em linguagem simplificada sobre os temas ligados à crédito e financiamento.

A primeira edição traz informações sobre as etapas necessárias para obtenção de recursos de Capital de Giro.

Saiba mais e baixe a primeira cartilha [aqui](#).

Sindicatos sofrem derrotas sucessivas na Justiça do Trabalho

13/04/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

Apesar de não existir ainda um posicionamento definitivo entre os juízes, as empresas têm conseguido suspender o pagamento da contribuição sindical na mais alta Corte trabalhista do país



Manifestantes protestam contra a reforma trabalhista na rua XV de Novembro, em Curitiba. Aniele Nascimento/ Gazeta do Povo/Arquivo

Nos últimos dias, ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST) suspenderam três liminares que obrigavam o recolhimento da contribuição sindical, popularmente conhecida como imposto sindical, mesmo após a entrada em vigor da reforma trabalhista (Lei 13.467/2017). Embora não se tratem de decisões em caráter definitivo, os acontecimentos recentes dão pistas de como a Corte trabalhista, enquanto colegiado, pode se posicionar no futuro a respeito do assunto.

Desde novembro de 2017 o tema se transformou em uma verdadeira “novela” na Justiça do Trabalho. Até então, todos os anos era descontado do salário do trabalhador, geralmente no mês de março e de forma compulsória, o valor equivalente a um dia de serviço, independentemente da filiação a sindicatos. Com a chegada da reforma trabalhista, o pagamento da contribuição ficou condicionado à anuência do empregado.

Na prática, contudo, muitos sindicatos têm procurado o Judiciário a fim de manter a obrigatoriedade da cobrança – e obtido respaldo da Justiça. A maioria das ações caminha pela linha de que a reforma foi feita por lei ordinária e, portanto, não poderia alterar a natureza do imposto sindical. Isso teria que ser feito por lei complementar.

Mas muitos juízes de segunda instância, e agora do TST, têm suspenso essas determinações. O ministro Lelio Bentes Corrêa suspendeu liminar que obrigava a Prefeitura de Campinas (SP) a descontar a contribuição sindical de todos os funcionários públicos do município paulista. A autorização do desconto tinha sido obtida, liminarmente, pelo Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Campinas (STMC).

A prefeitura campineira argumentou que manter a obrigação do pagamento causaria prejuízos de difícil reparação ao órgão, já que poderia ser responsabilizado, dependendo da decisão em caráter definitivo, pelo desconto indevido da contribuição sindical dos servidores.

Corrêa também deferiu liminar a fim de impedir que um escritório de advocacia da mesma cidade fosse obrigado a pagar a contribuição sindical. A suspensão deve ser mantida até o julgamento de recurso em mandado de segurança, interposto no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT-15).

Em primeira instância, o juízo da 4ª Vara do Trabalho de Campinas julgou inconstitucionais os dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que

tornaram facultativo o imposto sindical. Os advogados impetraram mandado de segurança no TRT-15, mas o desembargador Luís Henrique Rafael manteve o entendimento da instância anterior, favorável ao sindicato que ajuizou a ação. No TST, contudo, apesar de ter acatado o pedido dos advogados, o ministro Lelio Bentes Corrêa afirmou não haver qualquer garantia de que, ao final do processo, a pretensão do sindicato viesse a ser julgada improcedente.

Palavra do presidente

No fim de março, o presidente do TST, João Batista Brito Pereira, que assumiu o posto em fevereiro, suspendeu liminar que obrigava as empresas Aliança Navegação e Logística e Hamburg Süd Brasil a recolher a contribuição sindical dos funcionários.

O recolhimento compulsório havia sido autorizado pela desembargadora Ivete Ribeiro, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2), em São Paulo (SP), em ação ajuizada pelo Sindicato dos Empregados Terrestres em Transportes Aquaviários e Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Settaport). Caso a determinação não fosse cumprida, as empresas estavam sujeitas à multa de R\$ 10 mil por dia.

Em entrevista, o presidente da Corte já havia afirmado que os sindicatos teriam de encontrar novas formas de financiamento. Para ele, o momento é de as entidades de classe demonstrarem que não são frágeis e utilizar a “inteligência” para se sustentar.

“[os sindicatos] Precisam adotar medidas para sobreviver e são os trabalhadores que decidem (...). Eu não compreendo mais como é que se pode admitir que um sindicato é tão frágil na negociação. Não é”, afirmou.

Inadimplência de empregadores com FGTS cresce 25% no primeiro trimestre

13/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Há 2,4 milhões de empregadores que devem ao fundo



Governo liberou saque do FGTS de contas inativas no ano passado - Robson Ventura - 10.mar.2017/Folhapress

Os valores de FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) não depositados tiveram alta de 25% no primeiro trimestre de 2018, em comparação com o mesmo período do ano passado, segundo o Ministério do Trabalho.

O montante devido em 2018 chegou a R\$ 1,08 bilhão, contra R\$ 0,86 bilhão dos três primeiros meses de 2017. Há 2,4 milhões de empregadores que devem ao fundo. A fiscalização mais intensa — o número de autos lavrados subiu 25% entre 2016 e 2017— influenciou esse crescimento.

A principal dificuldade enfrentada pelas grandes empresas é a definição da composição do salário (base de cálculo da contribuição), segundo Rodrigo Campos, sócio do escritório Demarest.

“Há discussões sobre valores pagos a título de participação nos resultados, diárias de viagens, entre outras. As empresas entendem que não se trata de salário, e, sim, de verbas indenizatórias”, diz o advogado.

Os empregadores inadimplentes estão sujeitos ao pagamento de multa e juros sobre o valor devido, além de processos administrativos, eventuais ações judiciais e perda de benefícios fiscais.

A única mudança introduzida pela reforma trabalhista aprovada no ano passado em relação ao FGTS foi a inclusão de uma nova hipótese de saque pelo empregado, afirma Mihoko Kimura, sócia do Tozzini Freire.

“Nos casos em que o contrato de trabalho é rescindido por mútuo acordo, o trabalhador pode sacar 80% do valor depositado.”

2,46 bi

é o número estimado de empregadores que devem FGTS

56.278

é o número de autos de infração lavrados em 2017

Trabalhador que se demitir poderá sacar integralmente o FGTS, aprova CAS

13/04/2018 – Fonte: Senado Notícias (publicada em 11-04-2018)

- Proposições legislativas
- [PLS 392/2016](#)

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou nesta quarta-feira (11) o projeto de Rose de Freitas (PMDB-ES) que permite o saque integral da conta vinculada ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em caso de pedido de demissão do trabalhador ([PLS 392/2016](#)).



A proposta foi terminativa, então poderá seguir diretamente à análise da Câmara dos Deputados, caso não haja recurso para uma nova votação no Plenário do Senado.

O relator foi Paulo Paim (PT-RS), que lembrou que o texto atual da CLT (fruto da reforma trabalhista — [lei 13.467](#)) já prevê o resgate de 80% do FGTS em casos de demissão por acordo entre patrão e empregado. Sendo assim, o projeto de Rose, no entender de Paim, é um passo a mais rumo à "correção de uma distorção histórica" na legislação que trata do FGTS, que buscava restringir o acesso a estes recursos que pertencem originariamente ao próprio trabalhador.

Governo apresenta projeto da LDO com salário mínimo a R\$ 1.002 em 2019

13/04/2018 – Fonte: Senado Notícias

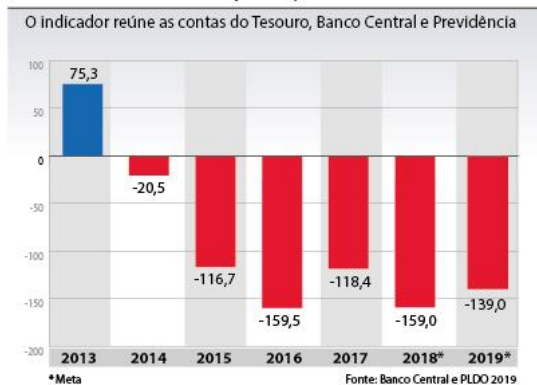


O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019, que o governo encaminhará ainda nesta semana ao Congresso Nacional, propõe salário mínimo de

R\$ 1.002 para o próximo ano. O número foi divulgado nesta quinta-feira (12) pelos ministros do Planejamento, Esteves Colnago; e da Fazenda, Eduardo Guardia, que apresentaram os principais pontos da proposta.

Em relação ao salário mínimo atual (R\$ 954), o valor do próximo ano representa um aumento nominal de 5,03%. Descontada a projeção de inflação feita pelo próprio

EVOLUÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL, EM R\$ BILHÕES



Executivo para 2018 (INPC de 4%), o aumento real seria de 1%. O novo valor impacta o Orçamento da União em R\$ 16,8 bilhões, pois despesas com benefícios previdenciários e assistenciais estão vinculados ao salário mínimo.

Segundo o Ministério do Planejamento, o mínimo deve subir para R\$ 1.076 em 2020 e para R\$ 1.153 em 2021.

Em relação à meta fiscal, o projeto da LDO prevê para 2019 um déficit primário de R\$ 139 bilhões para o governo central, que abrange as contas do Tesouro Nacional, do Banco Central e da Previdência Social. A meta de 2018 é de déficit de R\$ 159 bilhões. Ou seja, há uma previsão de melhora entre os dois anos. Desde 2014, as contas do governo federal estão no vermelho.

Em relação ao desempenho da economia, o Planalto projetou um crescimento de 3% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2019, o mesmo número previsto para este ano, e de 2,4% e 2,3% para 2020 e 2021, respectivamente.

Lei orientadora

A LDO é uma lei de vigência anual que orienta a elaboração da proposta orçamentária e a execução do orçamento no seguinte ano. Além da meta fiscal, a norma traz regras sobre as ações prioritárias do governo no exercício seguinte, sobre transferência de recursos federais para os entes federados e o setor privado, e sobre a fiscalização de obras executadas com recursos da União, entre outras.

O projeto da LDO será analisado agora no Congresso Nacional. A tramitação começa na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que ainda não foi instalada. É nela que é indicado um relator e as emendas são apresentadas. Pelo critério de rodízio entre as duas Casas legislativas, neste ano a relatoria ficará com um senador.

Segundo a Constituição, o Congresso não pode entrar em recesso se não aprovar o projeto da LDO até 17 de julho — o recesso parlamentar ocorre do dia 18 ao dia 31.

Regra de ouro

Além dos números gerais que vão balizar a elaboração da proposta orçamentária, o ministro do Planejamento informou que o texto que será analisado pelos congressistas não cumprirá, estritamente, a regra de ouro.

A regra, que está contida na Constituição, estabelece que o volume de recursos com operações de crédito (emissão de títulos públicos) que ingressarem no caixa do

Tesouro Nacional deve ser igual ao das despesas de capital (basicamente investimentos e amortização da dívida pública). O objetivo da regra é deixar claro que o governo somente se endividará, ao longo do ano, para investir, e não para pagar gastos correntes, como despesas com servidores públicos e manutenção da máquina administrativa.

A própria Constituição, no entanto, permite ao governo enviar ao Congresso um projeto de lei de crédito suplementar ou especial para custear despesas específicas com endividamento além do limite permitido, desde que o texto seja aprovado por maioria absoluta.

De acordo com Esteves Colnago, para evitar consequências legais com o descumprimento da regra constitucional, o projeto da LDO conterà uma autorização para a inclusão, no Orçamento de 2019, de despesas condicionadas à aprovação do projeto de lei de crédito suplementar ou especial previsto na Constituição. Ou seja, as despesas constarão na lei orçamentária, mas só serão pagas após a aprovação da proposta e a emissão dos títulos.

O pedido que deve constar no projeto, em valores de hoje, seria de um crédito de R\$ 254,3 bilhões. Esse é o tamanho do endividamento, em número atuais, que terá de ser feito em 2019 para pagar as despesas específicas governamentais.

— O próximo governo, no começo do ano, encaminhará um projeto de lei ao Congresso, a fim de pedir a permissão para emitir dívidas para honrar um conjunto de despesas — disse o ministro do Planejamento.

Equipe econômica projeta salário mínimo de R\$ 1.002 em 2019

13/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Governo poderá alterar valor se houver mudança na previsão de inflação



Ambulantes no Viaduto Beneficência Portuguesa em São Paulo - Danilo Verpa-

A equipe econômica estimará, na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), um salário mínimo de R\$ 1.002, divulgou nesta quinta-feira (12) a equipe econômica.

Atualmente, o salário mínimo é de R\$ 954. O governo ainda poderá mudar esse valor se houver alteração nas projeções para variação de preços, já que a inflação é usada na fórmula para cálculo do valor.

Por lei, o valor é corrigido levando em conta o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e o PIB de dois anos anteriores.

Se for confirmada, a correção será de 5%, bem acima da observada no ano passado, quando o aumento foi de 1,81%, o menor desde 1995, primeiro ano após a criação do Real.

Além de definir o piso do mercado formal, o salário mínimo também é referência para benefícios, como aposentadorias e seguro-desemprego.

CRE aprova acordo entre Brasil e Colômbia para facilitar investimentos

13/04/2018 – Fonte: Senado Notícias



Senador Armando Monteiro (PTB-PE), relator do projeto que aprova o texto do acordo Pedro França/Agência Senado

Proposições legislativas

- [PDS 19/2018](#)

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou nesta quinta-feira (12) o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre Brasil e Colômbia ([PDS 19/2018](#)).

O relator do projeto foi o senador Armando Monteiro (PTB-PE), que admitiu sentir uma satisfação pessoal por sua aprovação e entrada em vigor o mais brevemente possível, pois o acordo foi negociado e assinado enquanto ele ocupava o Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior em 2015, durante o governo de Dilma Rousseff.

Superávits com a Colômbia

Durante a discussão, Armando Monteiro explicitou que um dos objetivos do acordo é incentivar a internacionalização das empresas brasileiras nos países que fazem parte da Aliança do Pacífico. Ele reforçou que nos últimos dois anos o superavit brasileiro em trocas comerciais com a Colômbia chegou a US\$ 2,3 bilhões.

- Na América do Sul, o país vizinho é o 4º maior destino de nossas exportações, e a 3ª principal origem de suas importações. Segundo a Fundação Dom Cabral, a Colômbia é hoje o 4ª país onde há mais empresas brasileiras instaladas, atrás só de Chile, Argentina e Estados Unidos - explicou.

O senador citou ainda que os investimentos de empresas colombianas no mercado brasileiro somaram quase US\$ 600 milhões entre 2013 e 2017. Entre as áreas que têm atraído os investimentos, estão a extração de petróleo e gás natural e a fabricação de produtos alimentícios.

Como vai funcionar

O senador detalhou que o acordo tem como um de seus pilares a criação de um Comitê Conjunto, que fará a interlocução entre os setores público e privado dos dois países.

Estará focado na mitigação de riscos, na governança institucional e em agendas temáticas de facilitação de investimentos. Outra peculiaridade é que o acordo também trata de medidas de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

O projeto segue para análise do Plenário do Senado.

Debatedores defendem fiscalização dos recursos do Sistema S

13/04/2018 – Fonte: Senado Notícias

Apesar de financiado por recursos de caráter privado, o Sistema S deve ser gerido de forma transparente e submetido a fiscalização. O posicionamento foi consensual entre os debatedores convidados que participaram nesta quarta-feira (11) de audiência pública promovida pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e

Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), por sugestão do presidente do colegiado, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO).

As contribuições para o Sistema S são arrecadadas pela Receita Federal e somaram, em 2017, R\$ 16,5 bilhões. O sistema é formado por 11 entidades de serviço social das confederações nacionais de indústria, comércio, agricultura, transportes e cooperativas. Os filiados a essas entidades de classe são obrigados a contribuir para entidades voltadas à qualificação e formação profissional, entre elas Sesc, Senai, Sesi e Sebrae.

Por ser uma contribuição compulsória, o senador Ataídes afirmou considerar que se trata de um imposto, mas que fica de fora do Orçamento da União. Ele apontou a falta de transparência de algumas dessas entidades.

Para o procurador do TCU Júlio Marcelo de Oliveira, é importante que se tenha todo o cuidado com a transparência na gestão dos recursos que são arrecadados pelo Sistema S. Ele citou o Acórdão 699/2016, que considera um marco na posição do tribunal como indutor da melhoria da transparência do setor.

— [O acórdão] estabelece vários critérios de transparência que deveriam ser adotados, como a publicação do orçamento em um nível de desagregação idêntico àquele que é usado para aprovar o orçamento junto aos ministérios correlatos a cada entidade. Estabelece que essa publicação também evidencie o quanto foi executado, números de atingimento de metas, remuneração de dirigentes e de servidores, faixas salariais, enfim, elementos que permitam à sociedade saber como o dinheiro está sendo gasto — disse o procurador.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, citou decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) para reforçar o caráter privado das contribuições.

— Uma decisão do ministro Teori Zavascki diz que somos entidades privadas não integrantes da administração pública, financiados com recursos do próprio setor produtivo, mas que estamos sujeitos à fiscalização do TCU [Tribunal de Contas da União], apenas para o controle finalístico. Recentemente, há decisões do ministro Gilmar Mendes de que as entidades do Sistema S têm natureza privada, não integram a administração pública direta ou indireta e não se aplicam a elas a observância do disposto na [Lei 8.666/1993](#). Essa é uma decisão recente, de 3 de abril — afirmou.

Fernando Monbelli, coordenador-geral de Tributação da Receita Federal, classificou a natureza das contribuições para o Sistema S de parafiscal.

— Elas são consideradas parafiscais, porque não são propriamente do Orçamento da União, mas são de um orçamento em paralelo que é complementar àquelas atividades de Estado, em prol do bem desse rol de categorias — esclareceu.

Para o advogado Saul Tourinho Leal, o Sistema S é necessário ao país e precisa ter liberdade para atuar.

— Não é possível "autarquizar" o Sistema S. Ele é de natureza privada. Daí a participação do Congresso Nacional para, por meio de lei, e somente de lei, promover determinadas mudanças — afirmou.

Leal lembrou que as entidades já vêm sendo fiscalizadas pelo Tribunal de Contas de União (TCU), por meio de recomendações, exortações e diretrizes, em uma tentativa de aperfeiçoar a boa governança do sistema.

Já Adelmir Santana, vice-presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), lembrou uma série de outras maneiras que podem contribuir para a transparência do Sistema S.

— Nós temos as redes sociais, o website, ouvidoria, controladoria, atendimento ao cliente, sempre com transparência — exemplificou.

Divergência

Depois de ouvir os debatedores convidados, o senador Ataídes Oliveira, deixou a presidência da comissão e, da bancada, passou a fazer considerações sobre o tema. Após 15 minutos, o senador Armando Monteiro (PTB-PE), ex-presidente da CNI, pediu que houvesse um limite de tempo para as intervenções. Ataídes, então, retomou a presidência dos trabalhos para continuar com a palavra. O gesto motivou Armando e a senadora Lídice da Mata (PSB-BA), entre outros, a deixarem a sala de reuniões.

Projeto do FGTS é risco para habitação e infraestrutura, diz Sinduscon-SP

13/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (Sinduscon-SP) publicou nesta quinta-feira, 12, uma nota se manifestando contrariamente ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 392/2016. “O projeto coloca em risco o financiamento de habitação e o investimento em saneamento e infraestrutura”, apontou.

O PLS 392/2016 altera a legislação para permitir que o trabalhador que pedir demissão tenha a possibilidade de saque integral do valor depositado em sua conta no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Hoje, o trabalhador não pode movimentar seu saldo no fundo quando pede demissão, a não ser que haja acordo entre empregado e empregador, o que permite o saque de até 80% do valor.

Na visão do sindicato patronal, este projeto não vai de encontro ao propósito original do FGTS de ser uma proteção ao trabalhador demitido sem justa causa.

O Sinduscon-SP também lembrou que, em 2017, o fundo já foi alvo do saque de R\$ 42 bilhões de contas inativas. “O fundo constantemente sofre tentativas de ter seus recursos desviados para outros fins”, reclama.

Incertezas dificultam reação e crescimento do PIB será de 2,6% em 2018, diz CNI

13/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) continua acreditando que o crescimento da economia brasileira será moderado este ano e manteve no primeiro trimestre as mesmas previsões registradas no último trimestre de 2017. Para a entidade, a estimativa é que o Produto Interno Bruto (PIB) do País crescerá 2,6% e o PIB industrial, 3%, neste ano. Já os investimentos aumentarão 4% e o consumo das famílias, 2,8%.

A taxa média de desemprego ficará em 11,8% e a inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechará 2108 em 3,7% ao ano, abaixo do centro da meta de 4,5% fixada pelo Banco Central.

A manutenção das estimativas, segundo explica a entidade em Informe Conjuntural divulgado nesta quinta-feira, 12, decorre do quadro de incertezas em relação às eleições e ao ajuste das contas públicas, o que tem causado uma fraca reação da economia.

O relatório destaca que, apesar do cenário externo favorável, da queda da inflação e da redução dos juros, o ritmo de recuperação da economia é moderado e o País não conseguirá recuperar, no médio prazo, as perdas com a recessão. "Mesmo com o crescimento de 1% do PIB em 2017, ainda estamos com renda per capita 8,2% menor que em 2014 e a produção industrial, no início de 2018, situa-se ainda 14% abaixo do seu pico observado em 2013", diz o Informe.

Dentre as principais causas que prejudicam a recuperação, a CNI lista: a indefinição sobre o ajuste permanente das contas públicas, o adiamento da Reforma da Previdência e a falta de definição do quadro eleitoral. "A Previdência é o principal, mas não é o único elemento de preocupação com a expansão contínua dos gastos públicos. Medidas de disciplinamento dos gastos com pessoal são igualmente indispensáveis."

O documento elaborado pela CNI ainda adverte que o grande desafio do Brasil é aumentar a produtividade e, para isso, são necessárias medidas como equilíbrio fiscal, Reforma da Previdência, Reforma Tributária, disponibilidade de financiamento de longo prazo, redução da burocracia, segurança jurídica e modelos de regulação eficientes.

Mais previsões

O Informe Conjuntural da CNI estima que os juros básicos da economia permanecerão no menor patamar da história este ano. Assim, a taxa Selic chegará ao fim de 2018 em 6,25% ao ano e a taxa real de juros será de 3%.

Sobre as contas públicas, o déficit primário do setor público previsto deve alcançar R\$ 152,7 bilhões, ou 2,19% do PIB, e a dívida pública atingirá 73,7% do PIB.

Ainda segundo o documento, a balança comercial do Brasil terá superávit comercial de US\$ 58 bilhões neste ano. O dado resultará de exportações de US\$ 230 bilhões e importações de US\$ 172 bilhões.

Cheque inferior a R\$ 300 será compensado em apenas um dia a partir de 16 de abril

13/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Hoje, o prazo é de dois dias para os cheques de até R\$ 299,99



Folha de talão de cheque sendo preenchido - Agência Freelancer/Folhapress

A partir de 16 de abril os cheques de valores inferiores a R\$ 300 serão compensados em um dia útil, e não mais em dois dias, anunciou nesta quinta-feira (12) a Febraban (Federação Brasileira de Bancos).

Com isso, o prazo para a compensação dos cheques, indiferentemente do valor, fica unificado em um dia útil, permitindo que os valores ingressem na conta de favorecidos mais rapidamente. Atualmente, apenas os cheques com valor superior a R\$ 299,99 são compensados em um dia útil.

"As alterações seguem os esforços do Banco Central de aprimorar os instrumentos de pagamentos, tornando-os mais eficientes e seguros para o usuário, e do setor bancário, sempre comprometido em modernizar e inovar seus procedimentos", disse o diretor-adjunto de Negócios da Febraban, Walter Tadeu de Faria.

A nova regra também determina que todos os documentos sejam compensados no ambiente da Compe (Centralizadora de Compensação de cheques). As mudanças foram determinadas por circular do Banco Central de novembro de 2017.

EUA indicam que vão exigir cotas do aço do Brasil

13/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

EUA são os maiores compradores de aço brasileiro e as tarifas podem gerar perda anual de US\$ 1,1 bi

Em reunião com o ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, o secretário de Comércio dos EUA, Wilbur Ross, afirmou que a maneira mais rápida de o Brasil conseguir isenção permanente das tarifas sobre o aço brasileiro é concordar com restrição voluntária de exportações e estabelecimento de cotas, semelhante ao que foi negociado pela Coreia do Sul.

Brasil, Coreia do Sul, Argentina, Austrália e UE tiveram as tarifas de 25% sobre aço e 10% sobre o alumínio suspensas até 30 de abril, enquanto negociam a exclusão definitiva das sobretaxas. Os EUA são os maiores compradores de aço brasileiro, e as tarifas podem gerar perda anual de US\$ 1,1 bilhão.

A Coreia do Sul fechou um acordo se comprometendo a não ultrapassar uma cota equivalente a 70% da média exportada nos três últimos anos. Além disso, abriu mais seu mercado para a importação de carros dos EUA. Com isso, teve as tarifas suspensas.

Mas o governo brasileiro resiste em concordar com redução voluntária de exportações, que geraria perdas para o setor, e não cogita fazer concessões em outros produtos fora da cadeia do aço.

Ross teria reconhecido a posição singular do Brasil e a complementaridade no setor do aço. O governo brasileiro argumenta que as sobretaxas sobre seu aço vão prejudicar diretamente as siderúrgicas americanas. Elas compram do Brasil mais de 80% do produto sob a forma semiacabada para transformar em peças e vender a fabricantes de eletrodomésticos, automóveis e outros. Além disso, o Brasil importa US\$ 1 bilhão em carvão dos EUA, usado na fabricação de aço.

Ross aconselhou o Brasil a estimular empresas americanas a entrarem com pedidos de exclusão junto ao departamento de Comércio. Mas o processo tem sido burocrático e o departamento de comércio foi inundado com mais de 700 pedidos. As indústrias americanas precisam pedir exclusão de determinada quantidade de certo produto vindo de um país específico, e provar que ele é essencial é insubstituível por um similar nacional.

Ele também reforçou a necessidade de cooperação no fórum mundial que trata do excesso de capacidade de produção de aço na China, onde os dois países já colaboram. O Escritório do Representante de Comércio dos EUA, o USTR, determinará quais países terão as tarifas suspensas de forma permanente. Além do Brasil, Argentina, União Europeia e Austrália estão negociando.

O Canadá e o México também negociam a exceção, mas como parte da renegociação do Nafta.

O encontro também teve a participação do secretário de comércio exterior, Abrão Árabe Neto, e do secretário de Estado dos EUA em exercício, John Sullivan.

Rússia, Turquia, Japão, Taiwan, China e Índia, que estão entre os 10 maiores exportadores, não estão na lista de suspensão e passaram a pagar tarifas.

13/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Para Ross, restrição voluntária de exportações de aço é uma das possibilidades para o Brasil



Secretário de Comércio dos Estados Unidos, Wilbur Ross - Andres Stapff / Reuters

Na avaliação do secretário de Comércio dos EUA, Wilbur Ross, em entrevista à **Folha** e a mais cinco veículos latino-americanos, o país precisa lidar com todas as partes envolvidas na produção de aço para chegar a uma solução de um problema que é global, o excesso do produto.

De acordo com Ross, a restrição voluntária de exportações, que foi aceita pela Coreia do Sul, é uma das possibilidades.

Modelo sul-coreano

Na Coreia, aceitaram uma cota de 30% menos que o aço que exportaram em média entre 2015 e 2017. Além disso, dobraram a cota de carros que podemos vender para eles. Alguns países latino-americanos também estão cooperando com a gente.

Restrições de exportações são uma das soluções possíveis. Eu expliquei [ao ministro Aloysio Nunes] as questões que estamos tentando resolver, entre elas a triangulação. As importações diretas da China caíram muito, mas, milagrosamente, aumentaram as de outros países que nem produzem tanto aço.

China e América Latina

Olhe para os investimentos da China na América Latina. Há muito mais papo do que ação. E muito do investimento são fusões e aquisições, em vez construção de fábricas. Um dos caminhos para a América Latina é a integração vertical para manufaturas. Não há valor adicionado em exportar matérias-primas. Cerca de 70% do que os EUA compram da região são manufaturados, e isso faz um bem muito maior à economia latino-americana. Temos um déficit comercial quase três vezes maior que o superavit comercial que a China tem com a América Latina. Qual é melhor para a região?

Siderurgia brasileira

A complementaridade é muito relevante. O Brasil compra carvão dos EUA para produzir aço, US\$ 1 bilhão. O país tem siderúrgicas nos EUA, muito do que o Brasil exporta são semiacabados que depois são acabados nos EUA. O Brasil está em uma posição diferente de muitos outros países, e nós reconhecemos isso. No entanto, os EUA precisam lidar com todas as partes envolvidas [na produção global] para chegar a uma solução para um problema global (excesso de produção).

China e soja brasileira

A agricultura dos EUA é uma das melhores do mundo, tem alta produtividade com baixo custo. Vamos supor que a China imponha grandes tarifas sobre vários produtos agrícolas. Vai ser muito difícil conseguirem mudar rapidamente de fornecedor. Suprimos um terço da soja que a China compra.

O Brasil é o maior fornecedor, mas, para substituir totalmente as exportações dos EUA, teria de elevar em 60% suas exportações. Se o Brasil conseguisse exportar 60%

a mais, já estaria fazendo isso. Se a China parar de comprar da gente, vai aumentar o preço de alimentos no país, e alimentação é uma parcela muito maior do gasto de um chinês do que é de um americano.

OMC adverte que protecionismo ameaça o crescimento do comércio

13/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Briga entre principais economias teria efeitos globais e afetaria o emprego, diz organização



A escalada da tensão comercial entre as grandes potências econômicas mundiais e a ameaça de um retorno ao protecionismo aumentam o risco de comprometer o forte crescimento do comércio mundial, previsto para 4,4% este ano, advertiu o diretor geral da OMC (Organização Mundial do Comércio), o brasileiro Roberto Azevêdo.

"O forte crescimento do comércio que observamos hoje será vital para manter o crescimento e recuperação econômica e para respaldar a criação de empregos", afirmou Azevêdo durante a divulgação das previsões da OMC para 2018.

"No entanto, estes progressos importantes podem ser rapidamente comprometidos se os governos recorrerem a políticas comerciais restritivas, em particular no âmbito de um processo de medidas e contramedidas que poderia levar a uma escalada incontrolável", completou.

"Um ciclo de represálias é a última coisa que a economia mundial precisa", insistiu o diretor geral do organismo multilateral.

A OMC elevou de maneira considerável a previsão de crescimento do volume de comércio mundial para 2018, a 4,4% (com uma margem que vai 3,1% a 5,5%), contra a projeção anterior de 3,2%.

Contudo, estas previsões não incluem a possibilidade de uma escalada dramática das restrições comerciais, disse Azevêdo. "Os riscos são altos".

Guerra comercial

Os Estados Unidos e a China estão envolvidos há um mês em um conflito comercial provocado pela decisão do governo de Donald Trump de impor taxas sobre as importações de aço e alumínio em nome da segurança nacional.

Vários países foram isentados, mas não a China. Em represália, Pequim anunciou uma série de medidas punitivas.

"Politicamente vemos o prenúncio de uma guerra comercial", mas "tecnicamente ainda não chegamos a este estágio, uma vez que um certo número de medidas anunciadas não foram aplicadas", declarou Azevêdo.

Segundo a OMC, alguns sinais indicam que a escalada das tensões comerciais já poderia afetar a confiança das empresas e decisões de investimentos.

"Uma fratura nas relações comerciais entre os principais protagonistas faria descarrilar a substancial recuperação dos últimos anos e arriscaria comprometer o emprego", advertiu Azevêdo, indicando que os efeitos seriam mundiais.

Nesta quarta-feira (11) a diretora-gerente do FMI, Christine Lagarde, também advertiu para os riscos do protecionismo.

"A história mostra que restrições importantes afetam a todos, especialmente os consumidores mais pobres", disse Lagarde. "Não apenas elas [as restrições] levam a produtos mais caros e escolhas mais limitadas, mas também impedem que o comércio desempenhe seu papel essencial de ampliar a produtividade e disseminar novas tecnologias".

Crescimento

A taxa de crescimento do comércio em 2017 foi de 4,7%. Trata-se da taxa mais elevada desde 2011, um crescimento ligado principalmente a fatores conjunturais, em particular o aumento das despesas em investimentos e consumo, segundo a OMC. A entidade afirma que a boa saúde do comércio é estimulada por um crescimento econômico mais forte em todas as regiões, devido ao aumento dos investimentos e uma política orçamentária expansionista.

Em 2019, o crescimento do comércio deve alcançar 4%.

No entanto, a OMC também espera que a atividade econômica em 2019 sofra a repercussão da escalada das restrições comerciais, o que poderia se traduzir em cenários mais negativos.

Além do aumento do sentimento anti-comércio e da maior propensão dos governos a recorrer a medidas restritivas ao comércio, a OMC alerta para um aumento inesperado da inflação em um ou mais países.

Isso poderia levar as autoridades monetárias a elevar subitamente as taxas de juros e desacelerar o crescimento econômico, observa a OMC.

Importadora da JAC atrasa 13º salário e FGTS

13/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Apesar de crise, grupo SHC planeja construir fábrica em Goiás; encargos estão pendentes desde 2016



T40 é o modelo mais vendido pela JAC no Brasil - Divulgação

Representante da fabricante chinesa de automóveis JAC Motors no Brasil, o grupo SHC está em atraso com encargos trabalhistas desde dezembro de 2016.

Apesar da crise, a companhia pretende investir R\$ 200 milhões na construção de uma fábrica da JAC em Itumbiara (GO).

Ao mesmo tempo, terá de enfrentar o governo da Bahia por desistir da instalação da unidade em Camaçari, um polo automotivo, após ter recebido incentivos fiscais.

A falta de pagamentos a funcionários de concessionárias envolve depósitos de FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e a segunda parcela do 13º salário de 2017, segundo o Ministério do Trabalho.

"Atualmente há uma fiscalização. Entrarei em contato com o Sindicato dos Comerciários para apurar mais profundamente o teor das denúncias", disse Marco Antonio Melchior, chefe de fiscalização da pasta em São Paulo.

O grupo SHC, presidido por Sergio Habib, confirmou os atrasos, mas não detalhou o período nem o número de empregados afetados.

Além de representar a JAC e importar seus modelos, o SHC tem 21 concessionárias da marca chinesa pelas principais cidades do país e duas concessionárias da Volkswagen e duas da Jaguar e Land Rover, na capital paulista.

Em março, o grupo rompeu o contrato com a PSA (Citroën e Peugeot) e está em processo de fechamento de 14 revendas das marcas francesas.

O encerramento das atividades já levou à demissão de cerca de cem dos 1.000 funcionários do grupo.

O diretor do Sindicato dos Comerciários de São Paulo, Josimar Andrade, disse que tenta, sem sucesso, iniciar uma negociação com a empresa.

Questionada sobre as reclamações do sindicato, a JAC não se manifestou.

INVESTIMENTO NA CRISE

O plano inicial de Habib, anunciado em 2013, era construir a fábrica em Camaçari, mas foi abortado em dezembro de 2017.

O governo baiano afirmou que cobrará de Habib a restituição dos incentivos fiscais concedidos por quatro anos.

O valor já foi calculado, mas ainda está em discussão na gestão administrativa e não pode ser revelado, segundo o governo do estado.

O grupo SHC agora lançou o projeto de construção da unidade em Goiás, com conclusão prevista em 2019. A capacidade de produção será de 35 mil veículos por ano.

Nos três primeiros meses de 2018, o SHC vendeu 1.060 carros da JAC trazidos da China --alta de 32,5% em relação ao mesmo período de 2017.

No ano passado, foram comercializados 3,8 mil unidades. "Vamos dobrar as vendas", afirmou Habib.

A empresa chegou em 2011 ao Brasil. O principal modelo da JAC é o T40

Gasolina atinge maior valor em refinarias desde que reajustes passaram a ser diários

13/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Gasolina aumentou 0,8% e passará a ser vendida nas refinarias a R\$ 1,6968 por litro

Com a alta das cotações internacionais do petróleo, os preços da gasolina e do diesel nas refinarias da Petrobras atingiram o maior valor desde que os reajustes passaram a ser diários, em julho de 2017.

Nesta quinta (12), a Petrobras anunciou aumento de 0,8% no preço da gasolina, que passará a ser vendida por suas refinarias a R\$ 1,6968 por litro a partir desta sexta (13). O diesel será elevado em 2%, para R\$ 1,9549 por litro.

Nos dois casos, é o quarto aumento seguido, acompanhando os efeitos, nas cotações internacionais, da reação do mercado ao risco de ação militar dos Estados Unidos na Síria.

Durante a semana, o preço do barril negociado em Londres disparou, saindo da casa dos US\$ 67 na sexta (6) para a casa dos US\$ 72 -0 fechou em US\$ 72,01 nesta quinta. Na quarta (11), ultrapassou durante o pregão a barreira dos US\$ 73 pela primeira vez desde novembro de 2014.

"Embora não haja fundamentos econômicos, enquanto houver ameaça de guerra americana na Síria, o petróleo continuará neste patamar acima dos US\$ 70", diz o consultor Adriano Pires, do CBIE (Centro Brasileiro de Infraestrutura).

Isso significa que os preços internos dos combustíveis não devem ceder, já que a política de preços da Petrobras tem como base a chamada paridade de importação, que soma a cotação internacional de cada produto ao custo de trazê-los para o país.

No início de julho de 2017, a direção da estatal autorizou a área técnica da companhia a realizar ajustes diários nos preços, com o objetivo de melhorar as condições de competição com combustíveis importados por terceiros.

Desde então, o preço da gasolina subiu 26% nas refinarias, considerando o reajuste que entra em vigor nesta sexta. A alta acumulada do diesel é de 30%.

Nas bombas, a gasolina custava na semana passada R\$ 4,217 por litro, 20% a mais do que no final de junho. O litro do diesel era vendido na semana passada a R\$ 3,396, alta de 12%.

Volkswagen troca presidente e anuncia criação de três divisões no grupo

13/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Herbert Diess assume lugar de Matthias Müller; empresa terá segmentos Volume, Premium e Superpremium



Herbert Diess, que assume a presidência da Volks, posa ao lado da van-conceito elétrica I.D. Buzz, em Detroit - Tony Ding - 9.jan17/Associated Press

A Volkswagen anunciou nesta quinta (12) as maiores mudanças em sua administração desde o escândalo das emissões de diesel, em 2015, ao indicar um novo presidente-executivo e reformular sua estrutura corporativa de forma a acelerar a tomada de decisões em sua ampla gama de marcas, que inclui a Audi e a Porsche.

A maior montadora do mundo confirmou a saída de Matthias Müller do cargo de presidente-executivo, após menos de três anos no cargo. Ele será sucedido por Herbert Diess, ex-executivo da BMW que se tornou chefe da marca VW em 2015. O presidente do conselho da Volks, Hans Dieter Pötsch, agradeceu Müller por sua liderança e disse que ele deixou a companhia em boa forma.

O império multimarcas da Volkswagen será agora dividido em três grupos, chamados Volume, Premium e Super Premium. O segmento de Caminhões e Ônibus será separado.

Sob a nova estrutura, Diess, que também vai dirigir a divisão Volume, será responsável por pesquisa e desenvolvimento. Rupert Stadler, chefe da Audi e da nova divisão Premium, também vai comandar as vendas de todo o grupo. Oliver Blume, chefe da Porsche e do segmento Super Premium, vai assumir a produção.

A Volks não informou a razão da saída de Müller dois anos antes do fim de seu contrato. Segundo uma pessoa com conhecimento do assunto, a demissão foi parte dos preparativos da empresa para uma reunião de novembro que vai definir os planos de investimento da montadora para os próximos cinco anos.

Em seu mandato, Müller redirecionou esforços para um ambicioso programa de eletrificação da frota e descentralização da operação, que trouxe mais independência para as marcas da Volks e mais autonomia para as divisões regionais.

Número de veículos novos financiados cresce 9,6% em março, diz B3

13/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

O financiamento de veículos novos no Brasil cresceu 9,6% em março ante igual mês do ano passado, com a realização de 178,7 mil vendas a crédito, mostra levantamento da B3, que considera os segmentos de automóveis, comerciais leves, caminhões, ônibus e motocicletas.

Na comparação com fevereiro, mês mais curto, o volume representa avanço maior, de 32,7%. O primeiro trimestre, com isso, terminou com 469 mil unidades financiadas, alta de 14,5% em relação a igual período do ano passado.

Entre os usados, os financiamentos somaram 292,1 mil unidades em março, queda de 0,4% em relação a igual mês do ano passado, mas avanço de 17,8% na comparação com fevereiro. No trimestre, são 843 mil unidades financiadas, expansão de 5,5% sobre o volume de igual intervalo de 2017.

Das modalidades de financiamento, o Crédito Direito ao Consumidor (CDC) foi o único que apresentou crescimento em março ante março do ano passado, a um ritmo de 6,5%. Com isso, passou a representar 84,2% do total de unidades financiadas. Consórcio e leasing, que tiveram quedas de 9,4% e 42,8%, respectivamente, agora correspondem a 14% e 0,6% do total.

Produção de motocicletas cresce 12,2% no primeiro trimestre, diz Abraciclo

13/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

As fabricantes de motocicletas no Brasil produziram um total de 259,5 mil unidades no primeiro trimestre deste ano, crescimento de 12,2% em relação a igual período do ano passado, informou nesta quinta-feira, 12, a Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo).

Para o presidente da associação, Marcos Fermanian, o avanço mostra que o segmento caminha “rumo à retomada”, depois de quedas consecutivas durante a crise.

“Há tempos não começávamos um ano com um horizonte tão positivo. Isto nos anima e nos deixa confiantes com relação aos indicadores dos próximos meses”, disse o executivo, para quem o cenário é de expansão sustentável, com os estoques controlados.

Só em março, a produção atingiu 94,5 mil unidades, expansão de 14,8% ante igual mês do ano passado e de 13,1% na comparação com fevereiro.

Segundo Fermanian, os resultados, tanto do mês quanto do primeiro trimestre, reforçam a projeção da Abraciclo para o ano todo, de alta de 5,9%.

Vendas

As vendas de motocicletas também cresceram no primeiro trimestre, a um ritmo de 4%, com o emplacamento de 219,3 mil unidades. Em março, no entanto, o mercado caiu 4,3%, para 79,3 mil unidades. Na comparação com fevereiro, mês mais curto, as vendas avançaram 25,9%. A previsão para o ano é de aumento 1,6%.

Para o exterior, as vendas tiveram crescimento mais expressivo. Nos primeiros três meses do ano, as exportações somaram 24,3 mil motocicletas, alta de 45,4% sobre o resultado de igual intervalo do ano passado.

Só em março, foram 9 mil motocicletas vendidas para outros países, alta de 66,5% em relação a março do ano passado e de 31,4% na comparação com fevereiro. A Abraciclo aposta em avanço de 3,9% para o ano.

VW Truck & Bus vai se separar do Grupo Volkswagen

13/04/2018 – Fonte: Automotive Business



A partir da esquerda: Taketo Nakane, diretor executivo da Hino Motors, Yoshio Shimo, presidente e CEO da Hino Motors, Andreas Renschler, CEO, e Matthias Gründler, CFO da VW Truck & Bus

Criada há 3 anos, divisão de caminhões e ônibus se prepara para o mercado de ações

Três anos após sua criação, a **VW Truck & Bus** vai se separar do Grupo Volkswagen. A divisão responsável pelo desenvolvimento e produção de caminhões e ônibus das marcas VW, MAN e Scania, recebeu, na quinta-feira, 12, o aval do conselho de supervisão do Grupo VW para alteração da estrutura legal, que passará de GmbH (equivalente a Ltda) para uma AG, termo em alemão para sociedade anônima, o que abre caminho para a empresa se lançar no mercado de ações.

“A criação da Volkswagen Truck & Bus em 2015 foi a decisão certa. Abrir caminho para a prontidão do mercado de capitais é o próximo passo lógico no desenvolvimento bem-sucedido de nossa empresa. Obviamente, isso é algo que não pode ser feito da noite para o dia. Por isso, lançamos o ‘Next Level’, um projeto abrangente que reuniu quase duzentos funcionários que trabalham para todas as nossas marcas e em todas as partes do mundo. Como equipe, cumprimos os requisitos necessários para explorar as oportunidades de financiamento adicionais oferecidas pelo mercado de capitais. Ao fazer isso, podemos acelerar de forma flexível o crescimento rentável do nosso negócio: nossos clientes, funcionários e todo o Grupo VW se beneficiarão igualmente desta etapa”, declarou o CEO da VW Truck & Bus, Andreas Renschler.

O Next Level será focado em sete frentes: desempenho das marcas, expansão global,

novos negócios para o transporte do futuro nas áreas de direção autônoma e mobilidade elétrica, cooperação e sinergias, reavaliação das estruturas organizacionais, comunicação e conquista da prontidão para o mercado de capitais, que visará atender todos os requisitos técnicos e estruturais para lançar a empresa no mercado de ações.

PARCERIA ESTRATÉGICA

Além de seu novo plano rumo à abertura de capital, a VW Truck & Bus anuncia a assinatura de um acordo de cooperação estratégica de longo prazo com a Hino Motors, uma das maiores fabricantes de veículos comerciais na Ásia, com sede no Japão e uma das empresas do Grupo Toyota.

Foi criado um conselho conjunto entre as duas companhias, composto pelos seus CEOs, para debater os rumos da parceria. Serão avaliadas as oportunidades para explorar as capacidades de cooperação em pesquisa em soluções de tráfego, logística, novas tecnologias e existentes, estas concentradas em motorizações convencionais a diesel, sistemas de transmissão híbridos e elétricos, além de sistemas de conectividade e condução autônoma.

Grupo VW reestrutura conselho e Herbert Diess é o novo presidente

13/04/2018 – Fonte: Automotive Business



Müller (esq.) deixa o Grupo VW e Diess assume o conselho de administração. Ele substitui Matthias Müller; empresa também cria novas divisões Volume, Premium e Super Premium

O conselho de administração do **Grupo Volkswagen** definiu em reunião realizada na quinta-feira, 12, a revisão de sua estrutura, o que incluiu a saída de seu presidente, Matthias Müller, conforme havia adiantado a agência Reuters na última terça-feira, 10.

Os conselheiros confirmaram Herbert Diess, CEO da marca Volkswagen, como o novo presidente do conselho do grupo. Em comunicado, a empresa informa que Müller renunciou ao cargo em acordo mútuo, embora a VW não tenha esclarecido a razão da saída do executivo dois anos antes do fim de seu contrato. Müller assumiu o comando da companhia logo após a saída de Martin Winterkorn, em setembro de 2015, quando estourou o escândalo batizado dieseldate.

“Müller realizou um excelente trabalho. Assumiu a presidência quando a companhia enfrentou o maior desafio de sua história. Não só ele dirigiu a Volkswagen com segurança durante aquele tempo, mas o fez com toda a sua equipe. Ele também realinhou fundamentalmente a estratégia do grupo, iniciou uma mudança cultural e, com grande comprometimento pessoal, garantiu que o grupo não apenas permanecesse nos trilhos, mas agora estivesse mais robusto do que nunca”, declarou em nota o presidente do conselho de supervisão, Hans Dieter Pötsch.

Como parte das mudanças na alta direção da companhia, foram criadas três novas divisões: Volume, Premium e Super Premium, que vão reunir as marcas do grupo de acordo com a categoria de cada uma. Também foi confirmada a separação da divisão

e veículos comerciais VW Truck & Bus, que se transforma em empresa independente e deverá lançar ações próprias no mercado de capitais.

Sob a nova estrutura, Diess, além de presidente do conselho do Grupo VW, vai dirigir a divisão Volume e será o responsável por pesquisa e desenvolvimento (P&D), que inclui a área responsável pelo desenvolvimento de tecnologias de conectividade para veículos. Frank Witter, CFO do grupo, também cuidará da área de TI. Rupert Stadler, presidente do conselho da Audi, acumula a direção da divisão Premium e comandará as vendas de todo o grupo. Por sua vez, Oliver Blume, presidente do conselho da Porsche, será o cabeça da divisão Super Premium, além de assumir responsabilidade pela produção do Grupo VW, do qual passa a fazer parte do conselho de administração.

No comunicado, a VW informa ainda que as áreas de compras e componentes próprios serão fundidas em uma única área de atuação. O membro do conselho e responsável por compras no grupo, Francisco Javier Garcia Sanz, deixou a empresa a pedido.

Em seu lugar, Ralf Brandstätter, atual chefe de suprimentos da marca Volkswagen, acumulará o cargo de forma provisória. Vale lembrar que a área de componentes do grupo é hoje liderada por Thomas Schmall, que assumiu o cargo após deixar a presidência da Volkswagen do Brasil, em novembro de 2014.

Na reunião, o conselho de supervisão definiu que além de Blume, da Porsche, Gunnar Kilian, que até agora ocupava o cargo de secretário-geral do conselho de trabalhadores do grupo, também fará parte do conselho de administração como responsável pela área de recursos humanos, no lugar de Karlheinz Blessing, que deixa o assento de conselheiro mas permanece na companhia como consultor até o fim de seu contrato.

“O Grupo Volkswagen é uma união de marcas fortes e com grande potencial. Matthias Müller lançou as bases para a nossa transformação. A minha tarefa mais importante agora será unir a nossa equipe de gestão à nossa força de trabalho do grupo para buscar e impulsionar consistentemente a nossa evolução como um provedor líder e lucrativo de mobilidade sustentável.

Em uma fase de profunda reviravolta na indústria automotiva, é vital que a Volkswagen atinja velocidade e se faça uma marca inconfundível na mobilidade eletrônica, na digitalização do automóvel e no transporte, bem como nos novos serviços de mobilidade”, disse Diess em nota.

Toyota comemora maior eficiência dos fornecedores

13/04/2018 – Fonte: Automotive Business



O CEO da Toyota América Latina Steve St. Angelo (esq.) entrega a Takayuki Habu, presidente da Pioneer do Brasil, o prêmio de melhor fornecedor de 2017/

Nível geral de qualidade de 10 ppm já é melhor que média mundial de 15

Ainda no começo da saída da profunda recessão pela qual passou nos últimos três anos a indústria automotiva instalada no Brasil, a Toyota premiou os fornecedores locais que registraram os melhores desempenhos em 2017. Os resultados revelam

bons números, com destaque para sensível aumento da eficiência da cadeia de suprimentos.

O nível geral de qualidade dos componentes recebidos atingiu 10 ppm (partes por milhão com defeitos), melhor do que a média global da companhia de 15 ppm, e pela primeira vez a meta de redução de custos foi alcançada.

Responsável por compras e engenharia, Simomura tem bons motivos para comemorar o melhor momento na história de 60 anos da Toyota no Brasil: a produção está no topo da capacidade (as fábricas de Indaiatuba e Sorocaba devem fazer 200 mil veículos este ano), o volume de compras cresceu 23% no ano fiscal abril/2017-março/2018 comparado com o exercício anterior, ao mesmo tempo em que os componentes comprados estão melhores e mais baratos.

Simomura comemora que, porcentualmente, mais da metade dos volumes de componentes fornecidos está acima dos padrões mínimos de qualidade exigidos, o que garante a boa reputação da marca. "A média de 10 ppm ainda é maior do que a de 5 ppm na Ásia, mas é muito relevante o fato de estarmos aqui melhor do que a média global de 15 ppm", ressaltou.

Com isso, também está aumentando o índice de nacionalização dos carros fabricados no País, gira em torno de 75%, contra 60% bem pouco tempo atrás. Em síntese, significa que a Toyota está conseguindo avançar com sua cadeia local de suprimentos saudável e sustentável. As importações de componentes também estão aumentando, mas Simomura pondera que isso ocorre porque a produção também cresce.

Dos 120 fornecedores de peças no Brasil, Simomura aponta que a grande maioria conseguiu equilibrar as contas e elevar a eficiência. "Até porque no nosso caso não houve redução de pedidos, muito pelo contrário, aumentamos, não só por causa da recuperação das vendas domésticas (de veículos), mas também porque as exportações cresceram e já são responsáveis por 27% da produção", explica. "Como estamos em situação melhor que a do mercado (sem ociosidade), temos oportunidade de desenvolver nossa cadeia", acrescenta.

O chefe de compras contabiliza apenas quatro fornecedores em situação delicada, "mas estamos fazendo um trabalho forte com eles, indicamos melhorias em processos, os kaizens, e ajudamos até financeiramente com a compra direta de matérias-primas", conta o executivo. "Tudo que não queremos neste momento é perder vendas por falta de peças", pondera.

Entre as soluções propostas, por exemplo, um dos fornecedores aceitou reduzir o número de plantas produtivas de duas para uma e a Toyota colaborou com o projeto de novas linhas que adotam seu reconhecido e copiado método de produção mais eficiente.

NOVOS PRODUTOS, MAIS FORNECEDORES

Durante o 16º Suppliers Conference, realizado da quarta-feira, 12, a Toyota aproveitou para mostrar aos fornecedores um dos primeiros protótipos do Yaris brasileiro, com algumas características especialmente desenhadas para o Brasil – o hatch entra em produção na fábrica de Sorocaba (SP) no meio deste ano. "Quisemos chamar a atenção sobre o novo produto e como ele traz novos negócios na parceria com eles", conta Simonura.

O executivo revelou que o Yaris já nasce com 72 fornecedores locais, sendo que seis deles são novos na Toyota e dois foram especialmente desenvolvidos para substituir importação de novas tecnologias.

“Existem novas plataformas que deverão chegar ao Brasil e nosso projeto é regionalizar a cadeia de suprimentos na América Latina, promovendo sinergia entre as plantas na região para aumentar a escala de produção. Dessa forma criamos volume interessante para fazer aqui o que antes precisávamos importar”, destaca o executivo.

“Para isso acontecer é fundamental adotar algumas padronizações únicas na região. Hoje conseguimos nacionalizar alguns componentes de maior volume no Brasil mas não fazemos o mesmo para a Argentina que usa peças diferentes e o volume não compensa, aí é necessário continuar importando”, explica.

Simomura defende que a cadeia automotiva brasileira precisa ser fortalecida para criar volumes de produção atraentes e assim competir globalmente. “Com acordos comerciais que deverão ser fechados, como com a União Europeia, para sobreviver à competição precisamos de fornecedores fortes, ou pode acontecer aqui o que aconteceu na Austrália, onde as montadoras decidiram sair do país por falta de competitividade para produzir localmente. A Toyota está saindo de lá”, lembra.

PRÊMIO TOYOTA

Ao todo, a Toyota conferiu grau de excelência a 21 fornecedores que em 2017 superaram as metas nas categorias de qualidade, logística, redução de custos. Outros 59 receberam certificados porque atingiram os objetivos propostos. Também foram premiadas empresas em duas categorias especiais, “Engenharia de Valor e Análise de Valor (VA/VE)” e “Meio Ambiente”. Veja abaixo os premiados:

• MELHOR FORNECEDOR 2017

- Pioneer

Empresa atingiu 100% das metas em qualidade, redução de custos e logística

• QUALIDADE

- Excelência*: Dana, G-KT Brasil, Mahle, NSK Brasil, Plastic Omnium, Schaeffler, TPR
**Fornecedores que entregaram componentes sem qualquer defeito (zero PPM), nem registraram reclamações graves de desempenho durante em 2017*

- Certificado*: 3M, Adient, Aisin Automotive, Autoneum, Basf, Benteler, Bosal, Bosch, Brose, Casco, Cobra, Cooper, Delga, Denso, Elring Klinger, Fagor, GKN Sinter, ITW, JTek, Log & Print, Nitto Denko, NTN, Panasonic, Pecval, Pilkington, Rassini, Sanko, Sanoh, Scorpions, SNR, Sumidenso, Sumiriko, TRBR, Triospuma, Tyco, Yazaki, ZF
**Fornecedores que atingiram a meta de no máximo 10 PPM (partes com defeito por milhão de unidades)*

• LOGÍSTICA

- Excelência*: Bosal, Casco, G-KT Brasil, NSK Basil, Sanko, ZF Lemforder
**Fornecedores que já tinham conquistado o grau de certificado neste requisito há um ano, além de cumprir prazos de entrega de todas as peças sem divergências de data ou horários em 2017*

- Certificado*: Aisin AI, Basf, Cobra, Denso TEN, Panasonic, Plastic Omnium, Regali Fundição, SNR, TPR, Trimtec
**Fornecedores que durante o ano cumpriram os prazos de entrega*

• REDUÇÃO DE CUSTOS

- Excelência*: Aisin AI, Denso, Panasonic, SGBR, Stanley, Tyco, Yazaki, Zanettini Barossi

**Fornecedores que excederam as expectativas da Toyota por ideias já adotadas para redução de custos em no mínimo 4%*

- Certificado*: Adient, Aptiv, Casco, GKN, KYB-Mando, NTN, Pecval, Sanoh, SMR, Takata, TRBR, Valeo

**Fornecedores que apresentaram ideias para redução de custos em 4%, mas ainda não implantaram medidas para isso*

• MELHOR ENGENHARIA DE VALOR E ANÁLISE DE VALOR (VA/VE)

- Yazaki

• MEIO AMBIENTE

- Kanjiko

Meritor contratará 90 pessoas este ano para a fábrica de Osasco

13/04/2018 – Fonte: Automotive Business



Fábrica da Meritor em Osasco (SP) emprega atualmente 900 pessoas para a produção de eixos e sistemas para caminhões e ônibus

Com a retomada do mercado de caminhões, a Meritor, fornecedora de eixos trativos para veículos comerciais pesados, decidiu iniciar um novo processo para a contratação de 90 pessoas para sua fábrica localizada em Osasco, na região metropolitana da capital paulista.

Em comunicado divulgado na quinta-feira, 12, a empresa informa que as contratações serão feitas até dezembro, com meta de aumentar em 10% o quadro atual, composto por 900 pessoas.

Segundo o diretor geral da Meritor para a América do Sul, Adalberto Momi, com esta ação a empresa pretende acompanhar com mais tranquilidade o reaquecimento do segmento de veículos pesados. No primeiro trimestre, as vendas de caminhões subiram 53% no comparativo anual.

“Iniciamos as contratações em fevereiro, mas com os pés no chão para obter crescimento sustentável”, pondera o executivo.

O movimento de recuperação do setor de pesados vem sendo observado desde meados do ano passado pela Meritor, cujo volume de produção encerrou 2017 com

crescimento de 30% sobre o ano anterior. Para este ano, a fabricante projeta um aumento de 20% no total produzido.

A retomada do mercado não é o único motivo que vem fazendo com que a empresa aumente os seus volumes de produção. A estratégia em estar próxima das montadoras e também dos fornecedores faz com que a Meritor conquiste novos projetos.

“No ano passado o maior impacto no aumento foi devido às exportações e, neste momento, o crescimento também é robusto por causa da conquista de novos projetos para o mercado nacional”, acrescenta Momi.

Ford desenvolve sistema para facilitar estacionamento

13/04/2018 – Fonte: Automotive Business



Projeto em parceria com o governo do Reino Unido é parte do programa Autodrive

A **Ford** trabalha em colaboração com o governo do Reino Unido no desenvolvimento de tecnologia colaborativa para facilitar a busca por vagas de estacionamento. A ideia é que os sensores instalados nos veículos façam mapeamento do número de espaços disponíveis. Esta informação, coletada de todos os carros em circulação equipados com a tecnologia, abastece um banco de dados e fica disponível para as pessoas que procuram vaga.

O projeto faz parte do Autodrive, iniciativa patrocinada pelo governo que recebe investimento de 20 milhões de libras para o desenvolvimento de tecnologias para carros autônomos e conectados. A solução, que pretende reduzir o tempo dedicado e o estresse dos condutores, entra em teste na cidade de Milton Keynes, a 70 quilômetros de Londres.

A novidade pode ainda incorporar dados do próprio sistema de monitoramento local. Estudo da Ford revela que um motorista gasta, em média, um dia por ano procurando espaço para estacionar.